

DIMENSÕES MATERNA E NACIONAL DAS LÍNGUAS

Maria onice Payer (UNIVAS/USP)

Introdução

As reflexões teóricas que aqui apresentamos elaboram-se na continuidade de pesquisas empíricas e análises interpretativas apresentadas em outros momentos, que têm como objeto de reflexão aspectos da relação entre sujeito, língua e memória, tal como acontecem em processos atuais de identificação. Nas identificações sujeito/língua(s), estas funcionam interpretadas em lugares historicamente instituídos como ‘língua nacional’ e/ou ‘língua materna’.

Neste artigo vamos desenvolver uma compreensão de que estes lugares de língua, nacional e materna, constituem-se como *dimensões da linguagem que são da ordem da memória discursiva*.

Reconhecendo a necessidade de trabalhar na direção de distinguir teoricamente entre as noções de língua materna e língua nacional, tanto na reflexão teórica quanto em práticas de ensino de língua(s), procuramos, num outro passo, examinar outras inflexões teóricas que se projetam necessariamente junto a estes conceitos, como a de materialidade lingüística, e considerá-los numa relação pertinente para os estudos discursivos sobre língua e ensino.

1. Alguns antecedentes

Em estudos anteriores, estudando a questão das línguas no processo de nacionalização de imigrantes (italianos) no Brasil, identificamos, tanto no discurso oficial quanto nas entrevistas com sujeitos que trazem a historicidade da imigração, *uma forte tensão entre a língua nacional (português) e a língua materna dos imigrantes (italiano e dialetos)*.

Nas relações produzidas deste modo ao longo da história do sujeito moderno, no contexto dos Estados e das nacionalidades, certas inflexões interpretativas sobre as línguas funcionam discursivamente, como nacionais ou, por diferença, como línguas maternas, ou estrangeiras (em outro ângulo). Estas inflexões sobre as línguas acabam sendo produzidas e interpretadas sob o imaginário de um jogo tenso, vinculado ao político, e é histórico. Elas são projetadas para o lugar de um batimento de lugares de línguas que, nesse jogo, dá margem tanto para pequenas questões quanto para grandes conflitos, tomando corpo no sujeito em sua relação à língua e ao sentido, e cujos sintomas podem ser considerados a partir de diversos campos profissionais.

Formulamos e trabalhamos, pois, a hipótese de que certos efeitos da relação vivenciada deste modo entre sujeitos e línguas, ainda faz efeito na atualidade, nos processos de identificação presentes na relação

sujeito/língua/memória, processos envolvidos em histórias de interdições, silenciamentos e apagamentos da língua e do lugar de fala desse sujeito (o imigrante como ‘estrangeiro’ no Brasil).

Essas pesquisas, desenvolvidas no campo da Análise de Discurso, em sua relação constitutiva com a história e a psicanálise, encontram força heurística no conceito de memória, como memória histórica, pelas vias do marxismo; como memória discursiva – interdiscurso - na elaboração de Pêcheux, Courtine, Orlandi, entre outros; como memória no psiquismo humano (pela Psicanálise, e seus esclarecimentos sobre encobrimientos inconscientes, também relacionados à língua – C. Révuz, De Lemos, Pereira de Castro), conceitos que relacionamos às noções discursivas de materialidade da língua, de interdição e de silenciamento. Essas associações conceituais, somadas à singularidade da situação histórica da imigração italiana no Brasil, e a um certo cuidado interpretativo que o objeto “memória” requer ao ser tomado com relação à ideologia, foram nos conduzindo a uma constatação empírico-analítica, junto a uma formulação teórica que nos parece central na reflexão: a de que certos *traços de memória da língua materna*, que foi apagada na história, *retornam, para o/no sujeito, através da materialidade da língua*, aqui re-significada como *memória na/da língua*.

2. A memória na língua

Nesse processo somos levados a compreender como *a língua materna, apagada na história, guarda entretanto um lugar no sujeito*, como memória e como matéria de valor simbólico indelével, e com proporções afetivas intensas, sujeitas a múltiplos modos de identificação, como a memória (afetiva) romantizada, a (de)negação, a ironia.

Exemplificando, temos junção de radicais e morfemas envolvendo elementos das duas línguas, na formação de vocábulos. Em *puerinho*, tem-se o morfema de diminutivo do português, *-inho*, junto ao radical *puer*. Em *Cinz+ ol + ento* (*cinza* ou *cinzento*) e *Esfrego+ la+ r* temos o retorno do elemento OL presente em termos de dialetos vênéticos, *brontolar*, *esbegolar*). Essa relação lúdica com a língua é possibilitada a partir das dimensões do equívoco (Pêcheux), da *lalangue* (na compreensão lacaniana), da língua materna, do humor, da poesia, dimensões que ligam o sujeito à língua de um modo constitutivo e não apenas representado.

Outros exemplos encontram-se nos na memória de traços sintáticos, como a função de pronomes demonstrativos: *aquele(a)*, *um(a)*, *algum(a)* diversos do português

Ex.: (a) - “A concha era... bom, *aquela* esqueci”. (E3, p. 3).

(b) - “ A: O Djalma me apareceu lá em casa.

E: Ah! *Aquele* veio aqui também”. (S2, p.3).

A esta memória sintática relacionamos a identificação que se manifesta no riso que se segue à enunciação deste traço, na seguinte conversa por telefone:

Sr. A: Está na época da colheita e machuquei o braço, está na tipóia

Sr. G: Qual?

Sr. A: O direito

Sr. G: *Justo aquele?*

Sr. A: *Quello próprio! (risos) (Anotações de campo)*

A língua se mostra assim como “lugar de memória”, numa alusão a “lugares de memória” de P. Nora. Estudamos esses elementos portanto como traços de memória da língua apagada que retornam, traços de memória presentes na estrutura da língua.

Para o campo escolar, assim como para a cultura, uma questão é *a partir deste lugar mesmo, como língua apagada, esses traços funcionam com valor discursivo*. Esta é uma situação que desafia, solicitando compreensão e um fino “trabalho de memória” que permita alcançar essa relação sujeito/língua(s) e sentido.

4 Abrir a língua’ - encontrar em suas dobras memórias discursivas

Ocupando-nos de temas relativos a ‘ensino-aprendizagem’ de língua(s), temos procurado compreender e trabalhar algumas heranças dessas tensões disciplinares envolvendo as línguas. Interessa-nos proporcionar experimentações que possam de algum modo liberar sujeitos, pelos sentidos presentes nas dobras das línguas, de sua materialidade. A imagem, em analogia, é de “abrir a língua”, olhar os desdobramentos que ela carrega e esconde, pensá-la como um “lugar de memória” sujeito a muitas camadas arqueológicas de sentidos; desdobrá-la: olhar o que funciona sob a tensão das imagens de língua nacional, de língua materna, para imigrantes e outras figurações subjetivas.

As inflexões projetadas sobre o que seria “língua nacional” e “língua materna”, produzem-se na história, embora não deixem de ter realidade na memória discursiva que constitui os sujeitos, que os “seguram”, antepondo-se ao simbólico efetivamente presente a si.

Assim, temos nos deparado com fatos discursivos que falam desse intrincado vínculo entre sujeito e língua, por sua relação com o que seria da ordem da língua materna, aqui também entendida como *cultural, familiar* e, de certo modo, *privado* – e da *língua nacional*, em situações de linguagem que perpassam a cultura, as relações públicas e privadas, mais rituais ou no mais ordinário do simbólico.

Deste ponto de vista, interessou-nos mais recentemente (Payer, 2009) trabalhar a relação dos processos discursivos que se encontram nesse lugar de sujeito entre as línguas - nacional e materna – como o do imigrante, ao processo de *objetivação* do sujeito e da língua, processo vinculado à disciplina, tal como trabalhado por Foucault (1995). Para nós, interessa o fato histórico da *disciplina* enquanto produção social do *discernível da língua*, do sentido possível a uma certa “lógica” de língua. Estes elementos, como sabemos, foram longa e detalhadamente percorridos na pesquisa que M. Pêcheux orientou com C. Harroche (1984), *Fazer dizer, querer dizer*. Trata-se ainda, do problema da determinação na relação entre sujeito e a(s) língua(s), questão por nós investida no estudo da determinação na constituição interna de formações discursivas. Trata-se enfim da entrada do sujeito-imigrante numa relação com a determinação dos sentidos em língua, e na língua: numa língua *x* ou *y*. Determinação social e historicamente proposta como aquela do *discernível da língua, mas também do discernível do sentido, e do sujeito*.

Assim, os aspectos que são hoje objeto de discussões envolvendo o “requerimento” a abandonar (elementos d) a língua materna para a entrada do sujeito na língua cidadã (“língua jurídica”), guardadas as especificidades, são portanto também aqueles que envolvem a disciplinação do sujeito em sua definição nacional objetiva. Processo que se encontra atualmente em transformação, na medida em que o trânsito entre nacionalidades e línguas é propagado no discurso predominante. A determinação funciona também em relação à memória discursiva, ligada ao simbólico em certa língua (materna – ou, entrelaçada), que o sujeito imigrante pode (ou não) assumir, quanto ao *ponto de vista* a partir do qual ele produz e enuncia os objetos do discurso, os referentes – na relação entre língua e mundo.

5. Distinguir entre língua materna e nacional?

As considerações anteriores nos colocam uma questão. Partimos da proposição de uma necessidade teórica fundamental que vimos observando: a de distinguir entre língua materna e língua nacional. Trata-se de uma distinção plena de riscos, mas que nos parece poder ser realizada produtivamente, em vários sentidos: como conceitos diferentes, como materialidades distintas e como dimensões da linguagem que operam diferentemente nos enlances do sujeito às materialidades lingüístico-discursivas, no funcionamento da memória discursiva das línguas.

Como temos insistido em dizer, a língua atual é plena de traços de memória histórico-discursiva dos processos, eles nela se materializam. Se compreendermos a língua como um “lugar de memória”, logo identificaremos como os traços dessa memória na língua funcionam na identificação do sujeito ao simbólico. A ironia em relação à língua, a imitação, com seus muitos sentidos, a ultra-correção e a denegação de traços de alteridade lingüística estão aí para serem interpretados nesta direção. A questão, como foi apontado, é que estes elementos têm valor discursivo. E assim desafiam o trabalho com a língua, em espaços institucionais, políticos e da cultura.

Observando elementos como estes, passamos a trabalhar com a língua pensando em que se estabeleçam estatutos mais consistentes ao um vasto material simbólico silenciado ao longo da história da nacionalização, mas também em outras situações específicas, que sobrevive de modo constitutivo no sujeito, como memória, pela língua. Basta começarmos a escavar esta relação, projetada no subterrâneo dos sentidos pelo saber lingüístico instituído para que, já nas camadas mais superficiais dessa arqueologia, nos deparemos com a vastidão e o valor discursivo do material simbólico que foi e continua sendo soterrado no estabelecimento de uma relação super regulada com a língua e os sentidos, na racionalidade homogeneizante.

Nesta direção, propomos dar passos adiante da fina camada de língua nacional que recobre os recônditos do imenso material subterrâneo onde se encontram armazenados de modo quase indelével os elementos de moosa memória da/na língua.

Nesse esforço, a partir de trabalhos práticos e atenção aos meandros das noções teóricas que vamos considerando, reavaliadas e discutidas com a responsabilidade que cada novo contexto e cada objeto específico apresenta em nosso trabalho na docência e na pesquisa, constatamos essa necessidade teórica,

dizíamos, que nos parece importante, de discernir *teoricamente* entre as noções de *língua materna* e de *língua nacional*, para novamente relacioná-las no processo discursivo em que ocorrem as identificações.

Não se trata de estabelecer para estes conceitos uma *distinção* parafrástica, esquemática, fechando a riqueza processual que a relação entre elas pode proporcionar. Diferente disso, fundamental ao nosso ver é primeiramente prover lugar para as múltiplas dimensões da língua. Uma língua é sempre habitada pela memória de outras, e cumpre explorar não somente o importante arquivo lingüístico já objetivado na relação da sociedade com a língua (Auroux, idem), sob o estatuto de língua nacional, mas também explorar aquilo que ‘da língua’ restou no espaço do in-forme, do sem lugar, do ilegítimo da língua na própria língua.

Em segundo lugar, a distinção teórica em exame requer cuidados, necessita observar o justo valor do *materno* e do *nacional* segundo o quê da língua está em jogo a cada situação: ao alfabetizar, ao expor os sujeitos a línguas estrangeiras, ao ler literatura, ao escutar e atribuir sentidos ao outro, por elementos materiais da língua.

Outro risco é subsumir as questões de memória da língua à milenar noção de certo/errado, equívoco que se anteciparia à compreensão mínima da questão da memória histórica tomada pela língua, ao papel de seus efeitos no sujeito.

6. Dimensões da língua nacional e materna

Como sujeitos históricos, têm-se, pois, para com a língua, relações de identificações várias. Uma delas é a que a apresenta como língua da norma, da correção, língua (a ser) aprendida na escola, cujo domínio faz de seu usuário leitor eficiente e bom falante. Esta dimensão da língua é aqui tratada sob a perspectiva da *língua nacional*.

A língua nacional, enquanto língua difundida e cultivada pelo Estado, que mesmo se pressionada em sua “forma material” pela presença de outras línguas, permanece política e imaginariamente una, conforme Orlandi (2001). Una em sua imagem de unitária em um território e também una na imagem de “sistema” fixo.

Outra relação que temos com a língua é aquela em que este objeto simbólico se apresenta como *língua materna*, remetendo, pelas vias de memórias nem sempre institucionalizadas, a materialidades lingüísticas que envolvem aspectos menos visíveis do que pode estar *contido* na língua, pela relação com a mãe, com a casa paterna, com a apresentação inicial de um mundo que é feita ao sujeito através da língua.

A noção de “língua materna” interessa na medida em que permite indicar essa característica do indelével que é a do materno em nós. Ela aponta como a (des)estruturação lingüística encontrada nesses dados nos fala de uma linguagem que se dá de um certo modo independente de um *sistema lingüístico específico*, podendo se apresentar constituída com base em elementos de mais de uma língua.

Tanto a noção de língua nacional quanto a de língua materna encontram-se em diversos domínios dos estudos da linguagem, e de nossa parte consideramos interessante colocar estas duas noções em relação.

A necessidade de distinguir entre língua materna e língua nacional de que falamos acima requer considerarmos afirmativamente os seguintes aspectos:

A distinção é necessária ao nosso ver tanto de modo *empírico (analítico)* (*quais são as línguas em questão, qual a sua materialidade, qual o seu funcionamento nas práticas de linguagem?*); quanto de modo *teórico: como funcionam no mesmo sujeito de linguagem as diferentes dimensões de língua nacional e de língua materna?*

É de interesse considerar essa distinção de vários modos (ou em várias instâncias). Em uma primeira instância, empiricamente, notamos que língua nacional e língua materna não são as mesmas, por se tratar de línguas materialmente diferentes em confronto na história - o português, o português com traços de italiano, e outras materialidades lingüísticas diversas no português.

Em uma segunda instância, notamos que língua nacional e língua materna não coincidem porque, como dimensões da ordem da memória, têm lugares e funcionamentos distintos para o sujeito de linguagem, e na sociedade.

Mas, sobretudo, língua nacional e língua materna não são as mesmas porque se tratam de conceitos diferentes, que circunscrevem fenômenos distintos em seu funcionamento, na relação do sujeito com a língua, em face da memória histórico-discursiva.

Língua materna, na perspectiva trabalhada por C. de Lemos é a língua construída junto à criança pela mãe, já desde a partir de seus primeiros sons, como estruturante do sujeito desde a infância (C. Révuz, 1987). Língua materna envolve também a dimensão das intensidades do dizer e do saber, e dos afetos que inundam a língua e o mundo, por serem postas ao sujeito pela mãe/pelos cuidadores que estão mais próximos. Daí sua dimensão não se apagar facilmente. Língua nacional, tal como elaborada na história do Estado e das idéias lingüísticas, é a língua elevada a esta categoria pelo Estado Nacional, formadora dele, minuciosamente cultivada e difundida portanto, na construção da Nação, na alfabetização (dos estrangeiros, mas também de outros) e na escrita através da escola e da literatura. Língua gramatizada, de difícil acesso a alguns sujeitos, língua na qual muitos deveriam (ou talvez gostariam) de dizer, mas não podem.

Sintetizando, consideramos necessário, para compreender os processos de identificação do sujeito na relação com as línguas, considerar, distinguindo:

- 1) *as línguas/materialidades lingüísticas presentes em um dado contexto;*
- 2) *o funcionamento discursivo das línguas relativamente ao seu lugar em determinadas condições sócio-históricas, incluindo a interpretação daí decorrente;*
- 3) *os diferentes conceitos de língua materna e de língua nacional.* Em nosso trabalho eles são deslocados para uma compreensão na ordem da memória discursiva: não necessariamente como línguas distintas, mas como *diferentes dimensões discursivas da língua, que são da ordem da memória; dimensões que estruturam o sujeito em sua relação com a linguagem.*

Concluindo

A exploração destes aspectos tem-nos levado a ponderar que, mesmo para contextos e sujeitos monolíngües, as dimensões de língua nacional e de língua materna funcionam, ambas. De um modo distinto, discursivamente.

Elas se expõem como dimensões discursivas resultantes também de mecanismos de poder, que permanentemente engendram a concorrência entre essas instâncias como parte mesmo do *dispositivo de nacionalização do sujeito moderno*.

Essa reflexão sobre a presença da língua materna, suas marcas, diante do exercício necessário da língua nacional, pode ser expandida, deste modo, para a atenção à *relação dos sujeitos com a(s) língua(s) de modo mais amplo, nas identificações com a linguagem*, nas marcas de sobreposição, no silenciamento, no esquecimento e nas memórias ligadas ao materno, ao cultural, à coletividade circundante, bem como com as necessidades da escola, na relação com a leitura e a escrita.

Para nós, essa questão se apresenta com um sentido que vai ao encontro de um material mais subterrâneo na cultura, que vai além da preocupação com o aspecto mais imediatamente incômodo que é o de lidar com a presença de formas lingüísticas não legitimadas em lugares indevidos.

Fundamentalmente, consideramos improdutivo pretender fazer com que essas diferentes dimensões ocupem um mesmo lugar para o sujeito. Trata-se de um funcionamento diverso, embora inter-relacionado. Cabe antes desdobrar a língua para esses seus diferentes funcionamentos e dimensões.

Referências

- Auroux, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Ed. Unicamp, 1992.
- Celada, M.T. (2002) O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira. Campinas: Tese de doutorado, IEL/UNICAMP.
- De lemos, C. Sobre aquisição da linguagem e seu pedado dilema original
- Foucault, M. O Sujeito e o Poder. In *Michel Foucault, uma trajetória filosófica* (Para além do estruturalismo e da hermenêutica). P. Rabinov e H. Dreyfus; Trad. Vera P. Carrero. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária. 1995.
- Gadet, F. & Pêcheux, M. (1981) *A língua inatingível. O discurso na história da Lingüística*, Trad. bras. B. Mariani e M. Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Ed. Pontes, 2004.
- Guimarães E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, Ed. Pontes, 2002.
- Haroche, C. *Fazer dizer, querer dizer*. Trad. E. Orlandi. São Paulo, Ed. Hucitec, 1992.
- Orlandi, E. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- Orlandi, E. P. O Sujeito discursivo contemporâneo: Um exemplo. In *Análise do discurso no Brasil*. F. Indursky, M. C. Leandro Ferreira (orgs.) São Carlos, Claraluz; Porto Alegre, PPG Letras-URGS. 2007.
- Orlandi, E. (org.) *História das idéias lingüísticas*. Campinas: Ed. Pontes; Cáceres, Unemat, 2001
- Orlandi, E. *Interpretação. A autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- Payer, M. O. *Memória da Língua. Imigração e nacionalidade*. São Paulo, Ed. Escuta, 2006.

- Payer, M. O. Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de Objetivação do Sujeito e da Língua na Modernidade. In Zoppi-Fontana, M. (org.) *O Português do Brasil como língua transnacional*. Campinas, Ed. RG, 2009 (no prelo)
- Payer, M. O. Entre a Língua Nacional e a Língua Materna. In: *Análise do discurso no Brasil. Mapeando conceitos, confrontando limites*. Indursky, Freda; Ferreira, Maria Cristina Leandro. (Org.). 1 ed. São Carlos: Claraluz, 2007, v. 1, p. 337-346.
- Payer, M. O. Processos de Identificação Sujeito/Língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In *Política Lingüística no Brasil*. E. P. Orlandi (org.). Campinas: Pontes, 2007
- Pêcheux, M. *Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- Pêcheux, M. *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento?* Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. Pontes, 1990.
- Rêvuz, C. A Língua Estrangeira, entre o Desejo de um Outro Lugar e o Risco do Exílio. In *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Inês Signorini (org.). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1988.
- Zoppi-Fontana, M. (org.) *O Português do Brasil como língua transnacional*. Campinas, Ed. RG, 2009 (no prelo).